

**CONCURSO PÚBLICO**  
**PARA A CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA EMPREITADA DE**  
**OBRA PÚBLICA DA LINHA VERMELHA DO BRT DE BRAGA**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE .....</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>5</b>
CLÁUSULA 1. <sup>a</sup> - OBJETO DO PROCEDIMENTO.....	5
CLÁUSULA 2. <sup>a</sup> - DEFINIÇÕES E ANEXOS .....	5
CLÁUSULA 3. <sup>a</sup> - NORMAS APLICÁVEIS AO CONTRATO E SUA INTERPRETAÇÃO.....	6
CLÁUSULA 4. <sup>a</sup> - EPÍGRAFES E REMISSÕES.....	8
CLÁUSULA 5. <sup>a</sup> - OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO .....	8
<b>CAPÍTULO II – FASE DE CONCEÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
CLÁUSULA 6. <sup>a</sup> - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO .....	9
CLÁUSULA 7. <sup>a</sup> - PARÂMETROS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO.....	10
CLÁUSULA 8. <sup>a</sup> - PRAZO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO .....	12
CLÁUSULA 9. <sup>a</sup> - ACESSO À INFORMAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO E MANUTENÇÃO DO SIGILO .....	13
CLÁUSULA 10. <sup>a</sup> - ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO .....	14
CLÁUSULA 11. <sup>a</sup> - ALTERAÇÕES AO PROJETO DE EXECUÇÃO .....	14
CLÁUSULA 12. <sup>a</sup> - RETIFICAÇÃO OU CORREÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO .....	14
CLÁUSULA 13. <sup>a</sup> - PROPRIEDADE DO PROJETO DE EXECUÇÃO.....	15
CLÁUSULA 14. <sup>a</sup> - OBRIGAÇÕES APÓS ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO .....	15
<b>CAPÍTULO III – FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA .....</b>	<b>16</b>
<b>SECÇÃO I - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS .....</b>	<b>16</b>
CLÁUSULA 15. <sup>a</sup> - INÍCIO DA FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA .....	16
CLÁUSULA 16. <sup>a</sup> - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTOS DA OBRA.....	16
CLÁUSULA 17. <sup>a</sup> - PLANO DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS.....	18
CLÁUSULA 18. <sup>a</sup> - MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E DO PLANO DE PAGAMENTOS .....	19
CLÁUSULA 19. <sup>a</sup> - ERROS OU OMISSÕES DO PROJETO DE EXECUÇÃO E DE OUTROS DOCUMENTOS.....	20
CLÁUSULA 20. <sup>a</sup> - DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO .....	20
CLÁUSULA 21. <sup>a</sup> - DEVER GERAL DE COLABORAÇÃO.....	21
CLÁUSULA 22. <sup>a</sup> - DIREITO DE INSPEÇÃO .....	22
CLÁUSULA 23. <sup>a</sup> - REUNIÕES PERIÓDICAS .....	22
CLÁUSULA 24. <sup>a</sup> - LIVRO DE REGISTO DA OBRA .....	23
<b>SECÇÃO III – PRAZOS DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
CLÁUSULA 25. <sup>a</sup> - PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA .....	23
CLÁUSULA 26. <sup>a</sup> - CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHOS.....	24
CLÁUSULA 27. <sup>a</sup> - PRÉMIOS.....	24
CLÁUSULA 28. <sup>a</sup> - ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS .....	24
<b>SECÇÃO IV - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA .....</b>	<b>25</b>
CLÁUSULA 29. <sup>a</sup> - CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.....	25
CLÁUSULA 30. <sup>a</sup> - LOCAIS E INSTALAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTALEIRO .....	25
CLÁUSULA 31. <sup>a</sup> - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS .....	25
CLÁUSULA 32. <sup>a</sup> - REDES DE ÁGUA, DE ESGOTOS, DE ENERGIA ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES.....	26
CLÁUSULA 33. <sup>a</sup> - TRABALHOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA .....	26
CLÁUSULA 34. <sup>a</sup> - DEMOLIÇÕES .....	27
CLÁUSULA 35. <sup>a</sup> - REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO .....	27
CLÁUSULA 36. <sup>a</sup> - EQUIPAMENTO .....	28
CLÁUSULA 37. <sup>a</sup> - ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS, DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO .....	28
CLÁUSULA 38. <sup>a</sup> - MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO PERTENCENTES AO DONO DA OBRA .....	29
CLÁUSULA 39. <sup>a</sup> - APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO .....	29
CLÁUSULA 40. <sup>a</sup> - RECLAMAÇÃO CONTRA A NÃO APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO .....	30
CLÁUSULA 41. <sup>a</sup> - EFEITOS DA APROVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO .....	30
CLÁUSULA 42. <sup>a</sup> - APLICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO .....	30
CLÁUSULA 43. <sup>a</sup> - SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO .....	31

CLÁUSULA 44. <sup>a</sup> – DEPÓSITO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO NÃO DESTINADOS À OBRA .....	31
CLÁUSULA 45. <sup>a</sup> – ALTERAÇÕES AO PROJETO PROPOSTAS PELO ADJUDICATÁRIO .....	31
CLÁUSULA 46. <sup>a</sup> – MENÇÕES OBRIGATORIAS NO LOCAL DOS TRABALHOS.....	31
CLÁUSULA 47. <sup>a</sup> – ENSAIOS.....	32
CLÁUSULA 48. <sup>a</sup> – MEDIÇÕES .....	32
CLÁUSULA 49. <sup>a</sup> – PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS ..	33
CLÁUSULA 50. <sup>a</sup> – EXECUÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS TRABALHOS NO LOCAL DA OBRA .....	33
CLÁUSULA 51. <sup>a</sup> – SINALIZAÇÃO DA EMPREITADA E DAS OBRAS.....	34
CLÁUSULA 52. <sup>a</sup> – OUTROS ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO NA FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA .....	34
CLÁUSULA 53. <sup>a</sup> – ENCARGOS COM CERTIFICAÇÕES, VISTORIAS E TAXAS.....	35
CLÁUSULA 54. <sup>a</sup> – PUBLICIDADE .....	36
CLÁUSULA 55. <sup>a</sup> – PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS ..	36
<b>SECÇÃO V – PESSOAL .....</b>	<b>36</b>
CLÁUSULA 56. <sup>a</sup> – OBRIGAÇÕES GERAIS .....	36
CLÁUSULA 57. <sup>a</sup> – HORÁRIO DE TRABALHO .....	37
CLÁUSULA 58. <sup>a</sup> – SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO.....	37
<b>SECÇÃO VI – RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA .....</b>	<b>38</b>
CLÁUSULA 59. <sup>a</sup> – RECEÇÃO PROVISÓRIA.....	38
CLÁUSULA 60. <sup>a</sup> – PRAZO DE GARANTIA.....	38
CLÁUSULA 61. <sup>a</sup> – COLOCAÇÃO AO SERVIÇO E TRANSFERÊNCIA PARA FASE DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO .....	38
CLÁUSULA 62. <sup>a</sup> – RECEÇÃO DEFINITIVA.....	39
<b>CAPÍTULO IV – REGIME FINANCEIRO .....</b>	<b>40</b>
CLÁUSULA 63. <sup>a</sup> – PREÇO CONTRATUAL E PREÇO BASE .....	40
CLÁUSULA 64. <sup>a</sup> – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	40
CLÁUSULA 65. <sup>a</sup> – REVISÃO DE PREÇOS .....	41
CLÁUSULA 66. <sup>a</sup> – ADIANTAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO.....	41
CLÁUSULA 67. <sup>a</sup> – REEMBOLSO DOS ADIANTAMENTOS .....	42
CLÁUSULA 68. <sup>a</sup> – MORA .....	43
<b>CAPÍTULO V – GARANTIAS .....</b>	<b>43</b>
CLÁUSULA 69. <sup>a</sup> – CAUÇÃO, DESCONTOS E RETENÇÃO NOS PAGAMENTOS .....	43
CLÁUSULA 70. <sup>a</sup> – EXECUÇÃO DA CAUÇÃO.....	44
CLÁUSULA 71. <sup>a</sup> – CONTRATOS DE SEGURO .....	44
CLÁUSULA 72. <sup>a</sup> – OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO.....	45
<b>CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS .....</b>	<b>46</b>
CLÁUSULA 73. <sup>a</sup> – TRABALHOS COMPLEMENTARES .....	46
CLÁUSULA 74. <sup>a</sup> – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	46
<b>CAPÍTULO VII – REGIME DE RESPONSABILIDADE E INCUMPRIMENTO .....</b>	<b>47</b>
CLÁUSULA 75. <sup>a</sup> – PRINCÍPIO GERAL DE RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO .....	47
CLÁUSULA 76. <sup>a</sup> – INCUMPRIMENTO E INCUMPRIMENTO DEFINITIVO .....	48
CLÁUSULA 77. <sup>a</sup> – SANÇÕES CONTRATUAIS PECUNIÁRIAS .....	48
CLÁUSULA 78. <sup>a</sup> – FORÇA MAIOR.....	50
<b>CAPÍTULO VIII – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>52</b>
CLÁUSULA 79. <sup>a</sup> – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	52
CLÁUSULA 80. <sup>a</sup> – EXTINÇÃO DO CONTRATO .....	53
CLÁUSULA 81. <sup>a</sup> – RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INCUMPRIMENTO CONTRATUAL DO ADJUDICATÁRIO .....	53
CLÁUSULA 82. <sup>a</sup> – RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO ADJUDICATÁRIO .....	54
<b>CAPÍTULO IX – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>54</b>
CLÁUSULA 83. <sup>a</sup> – RESOLUÇÃO AMIGÁVEL.....	54
CLÁUSULA 84. <sup>a</sup> – RESOLUÇÃO POR VIA JUDICIAL.....	54
CLÁUSULA 85. <sup>a</sup> – NÃO EXONERAÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	54
<b>CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
CLÁUSULA 86. <sup>a</sup> – FINANCIAMENTO DOS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO; ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE ...	55
CLÁUSULA 87. <sup>a</sup> – PROTEÇÃO DE DADOS E RGPD.....	56

CLÁUSULA 88. <sup>a</sup> – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	58
CLÁUSULA 89. <sup>a</sup> - PRODUÇÃO DE EFEITOS .....	59
CLÁUSULA 90. <sup>a</sup> - REPRESENTAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO .....	59
CLÁUSULA 91. <sup>a</sup> - REPRESENTAÇÃO DO DONO DA OBRA .....	60
CLÁUSULA 92. <sup>a</sup> - GESTOR DO CONTRATO .....	60
CLÁUSULA 93. <sup>a</sup> - CONTAGEM DE PRAZOS.....	61
CLÁUSULA 94. <sup>a</sup> - INVALIDADE PARCIAL DO CONTRATO.....	61
<b>ANEXOS .....</b>	<b>62</b>

## CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

### CLÁUSULA 1.ª - OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do presente procedimento de concurso público, entre os Transportes Urbanos de Braga, E.M., S.A. («TUB», «Entidade Adjudicante» ou «dono da obra»), e o Adjudicatário, que terá por objeto a conceção-construção para a empreitada de obra pública da Linha Vermelha do BRT de Braga (o «Contrato»).
2. A linha em questão deverá funcionar principalmente em faixas de rodagem específicas, com o pressuposto de que será utilizada por autocarros com emissões nulas, designadamente elétricos.
3. Inclui-se no objeto do Contrato referido no número anterior:
  - a) A elaboração do Projeto de Execução da Linha Vermelha do BRT de Braga;
  - b) A execução da empreitada referente à Linha Vermelha do BRT de Braga;
  - c) O cumprimento das demais obrigações fixadas no presente Caderno de Encargos e nos respetivos anexos.

### CLÁUSULA 2.ª – DEFINIÇÕES E ANEXOS

Fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos os seguintes Anexos e respetivos Apêndices:

<b>Anexo I</b>	Memória Descritiva “TUB-BRT-VERM-GE-MD-GRD-01-01.pdf”
<b>Anexo II</b>	Condições técnicas de elaboração do Projeto de Execução “TUB-BRT-VERM-GE-ET-CTP.pdf”
<b>Anexo III</b>	Condições técnicas de execução da obra “TUB-BRT-VERM-GE-ET-CEO-01-00.pdf”
<b>Anexo IV</b>	Regras para a Elaboração do Plano de Trabalhos

<b>Anexo V</b>	Mapa de Quantidades "P683_EP_MQT_EST_MED-LV.xlsx"
<b>Anexo VI</b>	Decisão de financiamento
<b>Anexo VII</b>	Link de acesso às restantes peças do Estudo Prévio

### **CLÁUSULA 3.ª - NORMAS APLICÁVEIS AO CONTRATO E SUA INTERPRETAÇÃO**

1. O Contrato integra os seguintes elementos:
  - a) A pronúncia da Entidade Adjudicante sobre os erros e as omissões identificados pelos concorrentes;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações que a Entidade Adjudicante prestou no Concurso;
  - c) O presente Caderno de Encargos e os respetivos anexos, nos termos da Cláusula anterior;
  - d) A decisão da Entidade Adjudicante de exclusão do Contrato dos termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados;
  - e) A proposta adjudicada.
  - f) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados nos termos do Programa do Concurso.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.
4. O Contrato fica sujeito à lei portuguesa com renúncia expressa à aplicação de qualquer outra, sem prejuízo da aplicação vinculativa das legislações da União Europeia. Em particular, mas não exclusivamente, a execução do Contrato obedece ao disposto nos seguintes diplomas legais e regulamentares:
  - a) Código dos Contratos Públicos, na redação em vigor;

- b) Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na sua redação em vigor, que aprova medidas especiais de contratação pública;
- c) Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;
- d) Portaria n.º 959/2009, de 21 de agosto;
- e) Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação em vigor;
- f) Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, na redação em vigor;
- g) Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos;
- h) Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, que contém as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis, na redação em vigor, bem como à respetiva legislação complementar e à restante legislação que disciplina a segurança e saúde do trabalho que seja aplicável;
- i) Decreto n.º 41.821, de 11 de agosto de 1958, que aprovou o regulamento de segurança no trabalho da construção civil;
- j) Decreto n.º 46.427, de 10 de julho de 1965, que aprovou o regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras;
- k) Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, que aprovou o regulamento de sinalização do trânsito, na redação em vigor;
- l) Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que aprovou o regime jurídico da revisão de preços;
- m) Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprovou o regime da promoção da segurança e saúde no trabalho;
- n) Restante legislação, nacional e europeia, regulamentação e normas aplicáveis, nomeadamente no que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, e segurança, prevenção e medicina no trabalho, à responsabilidade civil perante terceiros, aos alvarás, ao ambiente, à proteção de pessoas e bens, à análise e mitigação de riscos e à compatibilidade eletromagnética;
- o) Orientações e instruções emanadas da Entidade Adjudicante, desde que conformes com a legalidade vigente;

- p) Regras da arte.
5. As referências a diplomas legislativos ou regulamentares efetuadas no Caderno de Encargos ou no Contrato devem ser entendidas como referências à legislação que, em cada momento, os substitua ou modifique.
  6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, na interpretação e na integração do regime aplicável ao Contrato, prevalece o interesse público na boa execução das obrigações do Adjudicatário.

#### **CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> - EPÍGRAFES E REMISSÕES**

1. As epígrafes das cláusulas do Caderno de Encargos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulação a aplicar às relações contratuais, nem constituindo suporte para a interpretação ou integração do Contrato.
2. As remissões ao longo das cláusulas do Caderno de Encargos para outras cláusulas, alíneas, números ou anexos, e salvo se do contexto resultar sentido diferente, são efetuadas para cláusulas, números, alíneas ou anexos do próprio Caderno de Encargos.

#### **CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> – OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO**

São obrigações principais do adjudicatário, para além das demais obrigações resultantes do presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como da legislação aplicável, as seguintes:

- a) Elaborar o Projeto de Execução, em respeito pelo disposto no Estudo Prévio, no restante clausulado e anexos do presente Caderno de Encargos e nas normas legais e regulamentares aplicáveis, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Proceder à entrega dos trabalhos correspondentes às várias partes do Projeto de Execução, cumprindo escrupulosamente o faseamento definido, nos prazos estabelecidos na proposta e no Caderno de Encargos;
- c) Executar plena e pontualmente o Projeto de Execução elaborado pelo próprio Adjudicatário e aprovado pela Entidade Adjudicante, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como na proposta adjudicada;
- d) Realizar formações nos termos previstos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
- e) Prestar todas as informações/esclarecimentos que forem solicitadas pela Entidade

Adjudicante durante a fase de execução do Projeto de Execução, garantindo a permanente resposta técnica às necessárias correções/alterações indicadas pela Entidade Adjudicante e/ou pelo Revisor de Projeto designado por esta;

- f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante ou de quem esta designar para esse efeito durante a fase da execução da obra, prestando, quando solicitado, todas as informações/esclarecimentos que forem pedidas;
- g) Garantir o sigilo absoluto quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- h) Prestar todas as informações que forem solicitadas pela Entidade Adjudicante;
- i) Proceder às alterações do projeto que se venham a mostrar necessárias;
- j) Mobilizar todos os meios humanos e técnicos necessários para a plena execução do Contrato, incluindo o conjunto de técnicos exigidos no presente Caderno de Encargos;
- k) Se em determinado momento o adjudicatário pretender, por motivo de força maior, substituir algum dos técnicos incluído no “Pessoal Chave” da equipa de projeto/obra, deverá antecipadamente colocar essa situação à Entidade Adjudicante ou a quem esta o indicar para aprovação. Contudo, as competências técnicas e o Curriculum Vitae do novo técnico terão de ser sempre equivalentes ao anteriormente aprovado pela aquela entidade.

## CAPÍTULO II – FASE DE CONCEÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO

### CLÁUSULA 6.ª - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO

1. O Adjudicatário obriga-se a elaborar o Projeto de Execução, nos termos do disposto nas Cláusulas seguintes e em respeito pelo disposto no Estudo Prévio, que faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, e em total conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.
2. O Adjudicatário assume plena responsabilidade pelo Projeto de Execução elaborado, sendo o único responsável perante a Entidade Adjudicante pela sua elaboração.
3. O Adjudicatário é responsável por confirmar e respeitar todas as informações descritas no Caderno de Encargos e nos respetivos anexos.
4. A aprovação do Projeto de Execução pela Entidade Adjudicante não elimina a responsabilidade do Adjudicatário, mantendo-se este obrigado a proceder à sua remodelação sem quaisquer

encargos para a Entidade Adjudicante se tal for necessário, durante a execução da obra, em virtude de erro ou omissão da sua responsabilidade.

5. O Adjudicatário responde por todos os atos de quaisquer pessoas que, durante a execução do Contrato, exerçam funções em seu nome ou por sua conta, sem prejuízo da responsabilidade que a Entidade Adjudicante possa imputar diretamente a tais pessoas.

#### **CLÁUSULA 7.ª - PARÂMETROS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

1. O Projeto de Execução a elaborar pelo Adjudicatário, em desenvolvimento do Estudo Prévio facultado pela Entidade Adjudicante, tem por objeto a construção da Linha de BRT de Braga, incluindo a arquitetura e todas as especialidades de engenharia necessárias para esse fim.
2. O Projeto de Execução deverá ser composto pelos projetos e peças escritas solicitados nas Condições Técnicas de Elaboração do Projeto de Execução, sem prejuízo de outros projetos ou peças que se venham a demonstrar necessários para a completa e correta execução dos trabalhos em concreto.
3. Todos os documentos técnicos a elaborar pelo Adjudicatário devem ser elaborados em conformidade com as especificações técnicas previstas no Anexo II ao presente Caderno de Encargos e com base nos elementos, levantamentos e estudos dele constantes, bem como do Estudo Prévio, e ainda com a Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
4. Todos os documentos técnicos a elaborar pelo Cocontratante devem ainda ser totalmente conformes com o disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e, ainda, com a legislação e regulamentação aplicável à obra, nomeadamente do Plano Diretor Municipal de Braga. Caso o Estudo Prévio contenha alguma insuficiência, irregularidade ou ilegalidade, à data da sua elaboração ou superveniente à mesma, o Adjudicatário assume a responsabilidade de proceder à devida regularização no Projeto de Execução, seja em sede da respetiva elaboração e ou execução. Para apreciação e aceitação dos elementos que compõem o Projeto de Execução o Adjudicatário entregará 1 (um) exemplar em suporte papel e 1 (um) exemplar em suporte digital, organizados de acordo com o definido no Anexo II do presente Caderno de Encargos, sem prejuízo de diferente indicação, devendo as restantes coleções, neste caso, ser entregues após a introdução das correções que eventualmente lhe venham a ser exigidas.
5. Após a aprovação do Projeto de Execução pela Entidade Adjudicante, devem ser entregues 5 (cinco) exemplares completos, organizados de acordo com o definido no presente clausulado e no Anexo II do presente Caderno de Encargos, a menos que lhe sejam dadas outras indicações, conforme se discrimina:

- a) 3 (três) cópias, em suporte de papel;

- b) 1 (um) exemplar do Projeto de Execução constituído por todas as peças escritas e desenhadas em formato digital editável, por forma a refletir a estrutura do mesmo nos respetivos volumes em papel;
- c) 1 (um) exemplar do Projeto de Execução constituído por todas as peças escritas e desenhadas em formato PDF/DWF, por forma a refletir a estrutura do mesmo nos respetivos volumes em papel.

6. Os elementos em suporte digital devem obedecer às seguintes especificações:

- a) Ser apresentados nos formatos DOC, XLS, PDF/DWF, CAD e IFC, consoante aplicável, sempre que possível em formato editável;
- b) O(s) CD/DVD/PEN devem estar identificados com o nome do estudo e do volume respetivo, numerados com indicação do número de ordem no total de CD/DVD/PEN.
- c) A informação contida no CD/DVD/PEN deve estar organizada numa estrutura em árvore correspondente ao normal conceito de pastas e subpastas. Esta estrutura é a relativa a cada um dos volumes e capítulos que compõem o Projeto de Execução com nomeação e definição correspondente ao estabelecido no Anexo II do presente Caderno de Encargos.
- d) Na raiz da estrutura de pastas que compõem o CD/DVD/PEN, deve existir:
  - i. Um ficheiro «índice» em formato DOC, contendo um índice detalhado com a listagem de todos as pastas e subpastas, bem como de todos os ficheiros nelas contidos correspondentes às peças escritas e/ou desenhadas do Projeto de Execução com nomeação e definição correspondente ao estabelecido no Anexo II do prese;
  - ii. Um ficheiro contendo o nome, número e versão dos softwares utilizados.
- e) Caso não haja outras especificações em cada um dos capítulos dos trabalhos previstos, devem seguir-se os seguintes critérios:
  - i. Cada peça escrita ou desenhada individualizada deve constituir um ficheiro;
  - ii. Os textos devem ser processados em formato DOC;
  - iii. As medições, orçamentos e outras folhas de cálculo devem ser elaborados utilizando em formato XLS;
  - iv. As peças desenhadas deverão ser apresentadas em formato DWG.
  - v. Entrega de um ficheiro ZIP produzido através da opção do AutoCad "eTransmit" que contém todos os ficheiros necessários para "recriar" o

desenho (ex. DWG, fontes, canetas, referências externas, etc.) *a posteriori*.

7. Os elementos em suporte analógico devem obedecer às seguintes especificações:
  - a) As saídas gráficas devem ser efetuadas a cores e em papel que garanta qualidade;
  - b) As peças escritas dos exemplares a fornecer são apresentadas em folhas de formato A4, e as desenhadas em formato A4, ou múltiplos até A0, de modo a serem perfeitamente legíveis, sendo dobradas no formato A4, devendo ser encadernadas e/ou guardadas em caixas próprias numeradas, identificadas com a designação do estudo e/ou projeto e do volume respetivo.
  - c) No início de cada volume deve ser incluído um índice global do Projeto de Execução e no início de cada documento encadernado deve ser incluído um índice do volume.
8. O Adjudicatário fica ainda obrigado a preparar e a fornecer todos os exemplares, em formato papel ou digital, necessários no âmbito dos processos de licenciamento e aprovação por entidades externas.
9. As obrigações de conceção do Adjudicatário incluem todos os trabalhos de suporte ao desenvolvimento do Projeto de Execução, incluindo a Coordenação de Segurança em Projeto, designadamente o Plano de Segurança e Saúde.

#### **CLÁUSULA 8.ª - PRAZO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

1. Todas as fases e partes do Projeto de Execução são sujeitas à aprovação da Entidade Adjudicante, sem prejuízo da responsabilidade inerente à autoria do mesmo.
2. No prazo máximo de 7 (sete) dias após a outorga do Contrato, a Entidade Adjudicante deverá efetuar a aprovação do Planeamento detalhado dos trabalhos a realizar, entregue com a proposta do Adjudicatário.
3. Decorrido metade do prazo proposto pelo Adjudicatário para a elaboração do Projeto de Execução, deverá este entregar à Entidade Adjudicante um Relatório Intermédio, contendo a indicação dos trabalhos já realizados.
4. O Projeto de Execução, na sua versão final, deve ser entregue à Entidade Adjudicante, para respetiva aprovação, no prazo proposto pelo Adjudicatário na sua proposta, em número de dias a contar da data da outorga do Contrato, nunca podendo tal prazo exceder um máximo de 90 dias (noventa dias).
5. A elaboração da versão final do Projeto de Execução realizar-se-á segundo as fases, metodologia e calendarização previstas no Anexo II ao presente Caderno de Encargos.

6. É obrigatório o cumprimento pelo Adjudicatário de todos os prazos intermédios e a entrega de todos os documentos previstos no Anexo II do presente Caderno de Encargos; os prazos para conclusão das fases intermédias são contados desde a aprovação formal da Entidade Adjudicante das fases correspondentes.
7. Os prazos previstos no Anexo II do presente Caderno de Encargos incluem o prazo de apreciação pela Entidade Adjudicante, só se encontrando cumprido quando a Entidade Adjudicante concluir a sua apreciação e aprovação.
8. Cada parte do Projeto só é considerada entregue na data da aprovação pela Entidade Adjudicante.
9. É reconhecido à Entidade Adjudicante um prazo de até 7(sete) dias úteis para apreciação e aprovação final do Projeto de Execução.
10. Sem prejuízo do disposto no Caderno de Encargos em matéria de incumprimento contratual, o eventual incumprimento de qualquer prazo intermédio pelo Adjudicatário não suspende, interrompe nem prorroga o prazo previsto no n.º 2. O eventual incumprimento de qualquer prazo intermédio ou final pela Entidade Adjudicante suspende o prazo previsto no n.º 2.
11. O prazo para elaboração de cada fase do projeto não se suspende durante as diligências que Entidade Adjudicante venha a realizar para tentar ter acesso a estudos ou projetos que lhe tenham sido solicitados pelo Adjudicatário.
12. Sempre que o Adjudicatário sofra impedimentos na execução dos serviços para que foi contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deve no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar por escrito o gestor do contrato designado para o efeito pela Entidade Adjudicante de modo a este ficar habilitado a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto à respetiva responsabilidade.

#### **CLÁUSULA 9.ª - ACESSO À INFORMAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO E MANUTENÇÃO DO SIGILO**

1. A Entidade Adjudicante obriga-se a disponibilizar ao Adjudicatário, imediatamente após a adjudicação, todos os dados relevantes que tenha em sua posse e que se relacionem com a execução do Contrato.
2. A Entidade Adjudicante obriga-se também a envidar os esforços necessários para ter acesso a documentação relevante de que não disponha à data da adjudicação, mas não fica obrigada a que tais diligências produzam resultados satisfatórios.
3. O Adjudicatário compromete-se a garantir o sigilo quanto à informação obtida, quer por si próprio quer por qualquer entidade que no âmbito da adjudicação exerça funções por sua

conta, comprometendo-se igualmente a não a utilizar para outros fins.

4. O Adjudicatário compromete-se a estabelecer contatos, no sentido de obter a anuência para as soluções projetadas, com todas as entidades ou instituições que venham a ser direta ou indiretamente envolvidas na execução das obras projetadas.

#### **CLÁUSULA 10.<sup>a</sup> - ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

1. Assiste à Entidade Adjudicante o poder de convocar o Adjudicatário para as reuniões que entenda necessárias ao suficiente esclarecimento sobre o desenvolvimento dos trabalhos, de modo a obter conhecimento pleno e atualizado sobre qualquer aspeto da execução do contrato.
2. O teor das reuniões realizadas entre as partes constará de ata assinada por ambas as partes, fazendo-se registo no caso de qualquer das partes recusar a assinatura.
3. Todas as reuniões decorrem em língua portuguesa, cabendo ao Adjudicatário, se necessário, providenciar, a expensas suas, a presença de um tradutor fluente em língua portuguesa.
4. A realização de quaisquer reuniões não substitui a entrega de qualquer documento escrito a que o Adjudicatário se encontre vinculado.

#### **CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> – ALTERAÇÕES AO PROJETO DE EXECUÇÃO**

1. O Adjudicatário obriga-se a executar todas as alterações ao Projeto de Execução que lhe forem impostas pela Entidade Adjudicante.
2. Os elementos referidos anteriormente devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução adotada, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao Projeto de Execução propostos pelo Adjudicatário sem que estes tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante.

#### **CLÁUSULA 12.<sup>a</sup> - RETIFICAÇÃO OU CORREÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

1. No caso de a Entidade Adjudicante verificar que qualquer documento integrado no Projeto de Execução não se encontra conforme com as condições fixadas no Caderno de Encargos, nos seus anexos ou na proposta adjudicada ou que tal documento carece de complemento ou

alteração por motivos imputáveis ao Adjudicatário, são os documentos devolvidos para que sejam retificadas ou corrigidas as deficiências verificadas.

2. No caso de incumprimento grave das obrigações de conceção pelo Adjudicatário, pode a Entidade Adjudicante determinar a suspensão da elaboração do Projeto de Execução, sem que seja atribuída ao Adjudicatário qualquer indemnização.
3. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de sanções pecuniárias ou não pecuniárias previstas na lei e no presente Caderno de Encargos.

#### **CLÁUSULA 13.ª - PROPRIEDADE DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

1. Após a aprovação do Projeto de Execução, a Entidade Adjudicante adquire a respetiva propriedade e reserva-se o direito de utilizar qualquer das suas peças como considerar conveniente, bem como introduzir ou mandar introduzir nelas as alterações que venha a julgar necessárias.
2. O Adjudicatário renuncia a qualquer direito, de propriedade intelectual ou qualquer outro, sobre quaisquer documentos ou peças entregues à Entidade Adjudicante ao abrigo do Contrato.
3. Com a entrega das versões finais dos projetos e a sua aceitação pela Entidade Adjudicante transfere-se para esta a propriedade sobre tais documentos.
4. Com a declaração de aceitação pela Entidade Adjudicante das versões finais do Projeto de Execução, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato para a Entidade Adjudicante, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, nos termos da legislação aplicável.
5. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

#### **CLÁUSULA 14.ª - OBRIGAÇÕES APÓS ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

1. O Adjudicatário fica ainda obrigado a prestar Assistência Técnica à Entidade Adjudicante relativamente ao Projeto de Execução até à conclusão da empreitada construção das Linhas BRT de Braga.
2. O Adjudicatário deve assegurar o planeamento da execução dos serviços tendo em conta todas as formalidades ou diligências intercalares estimadas para o desenvolvimento do projeto, incluindo os prazos de decisão ou validação que caibam à Entidade Adjudicante, relativos à aprovação de fases de trabalho, bem como ao esclarecimento de dúvidas, que se assume com referência a um período mínimo de 48 horas.

## CAPÍTULO III – FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA

### SECÇÃO I - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS

#### CLÁUSULA 15.<sup>a</sup> – INÍCIO DA FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA

1. Após conclusão da elaboração do Projeto de Execução e a sua aprovação pela Entidade Adjudicante, dar-se-á início à fase de execução da obra através da consignação que obedece ao disposto nos artigos 355.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
2. O Adjudicatário obriga-se a iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que a Entidade Adjudicante comunique ao Adjudicatário a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do Plano de Trabalhos aprovado.
3. Não obstante o disposto no n.º 2, o início da fase de execução da obra através da consignação pode ter lugar logo que a Entidade Adjudicante proceda à aprovação de uma ou mais partes do Projeto de Execução, desde que tal não prejudique a perfeita viabilidade da obra.
4. A execução da obra obedece ao disposto no presente Caderno de Encargos, incluindo as condições técnicas que constituem o seu Anexo III, no Projeto de Execução elaborado pelo Adjudicatário e aprovado pela Entidade Adjudicante e à restante legislação e regulamentação em vigor.

#### CLÁUSULA 16.<sup>a</sup> - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTOS DA OBRA

1. O Adjudicatário é responsável:
  - a) Perante a Entidade Adjudicante pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição que acompanham o Projeto de Execução;
  - b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea g) do n.º 4.

2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, são da responsabilidade do Adjudicatário.
3. O Adjudicatário realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:
  - a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
  - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subcontratados e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
  - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
  - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;
  - e) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem de demolições a fazer para a execução das obras;
  - f) O transporte e remoção, para fora do local da obra ou para locais especificados no Caderno de Encargos, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza, cumprindo integralmente a legislação em vigor.
  - g) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstos no projeto ou sejam previsíveis pelo Adjudicatário quanto à sua existência e quantidade à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos, quer de águas de condutas, das valas, de rios ou outras, incluindo, se necessário, o recurso a bombagem, e sempre em obediência à legislação, licenças e autorizações aplicáveis;
  - h) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pela Entidade Adjudicante ao Adjudicatário com vista à execução da empreitada.
4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
  - a) A apresentação pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
  - b) O esclarecimento dessas dúvidas pela Entidade Adjudicante;

- c) O estudo e definição pelo Adjudicatário dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
  - d) A concretização e desenvolvimento das medidas de aplicação previstas no plano de segurança e saúde previamente elaborado pelo Adjudicatário, tendo em conta a metodologia utilizada para a execução da obra, em particular as suas tecnologias e a sua organização de trabalhos;
  - e) A elaboração e entrega do plano de pagamentos, pelo Adjudicatário, antes da data de conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial, nos termos do artigo 361.º-A do Código dos Contratos Públicos, não podendo traduzir-se em alterações dos valores globais para cada parte da obra apresentados em sede de apresentação de proposta.
5. Deverão ser cumpridos os requisitos previstos no Princípio de Não Prejudicar Significativamente, que constam no Anexo VI Decisão de Financiamento, designadamente no seu Anexo I Ficha de Investimento, na parte referente às ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, Ponto 6 e respectiva Lista de Controlo do Contrato de Investimento previstos.

#### **CLÁUSULA 17.ª - PLANO DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS**

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da aprovação do Projeto de Execução, deve o Adjudicatário apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos, o plano de trabalhos e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.
2. O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra.
3. O plano de trabalhos deve, nomeadamente:
  - a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
  - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão de obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
  - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
  - d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

4. O plano de pagamentos contém a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor de cada uma das espécies de trabalhos a realizar pelo Adjudicatário, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito.
5. O plano de pagamentos é concluído para aprovação pelo dono da obra antes da data de conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial, não podendo traduzir-se em alterações dos valores globais para cada componente da obra apresentados em sede de apresentação de propostas.
6. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, por facto não imputável ao Adjudicatário e que se mostre devidamente justificado, deve este apresentar um plano de pagamentos adaptado ao novo plano de trabalhos, devendo o dono da obra pronunciar-se sobre a revisão do plano de pagamentos no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação do mesmo pelo Adjudicatário, equivalendo o silêncio a aceitação.

#### **CLÁUSULA 18.ª – MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E DO PLANO DE PAGAMENTOS**

1. O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
2. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao Adjudicatário, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
4. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o Adjudicatário para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
5. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao Adjudicatário, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
6. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do Código dos Contratos Públicos, o dono da

obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo Adjudicatário ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de 10 (dez) dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo Adjudicatário deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

#### **CLÁUSULA 19.ª – ERROS OU OMISSÕES DO PROJETO DE EXECUÇÃO E DE OUTROS DOCUMENTOS**

1. O Adjudicatário deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, sendo responsável pelos respetivos custos nos termos do n.º 2 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O Adjudicatário tem a obrigação de executar todos os trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pela Entidade Adjudicante, sendo responsável pelo seu custo, exceto quando se demonstre que foram induzidos por elementos elaborados ou disponibilizados pela Entidade Adjudicante, nos termos do n.º 2 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

### **SECÇÃO II – DIREÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

#### **CLÁUSULA 20.ª - DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

1. A Entidade Adjudicante detém, nos termos previstos na lei e no Contrato, poderes de direção e fiscalização do cumprimento das obrigações do Adjudicatário decorrentes do Contrato.
2. A Entidade Adjudicante detém, nos termos previstos nos artigos 302.º a 304.º do Código dos Contratos Públicos e no Contrato, poderes de direção do modo de execução do Contrato carentes de regulamentação ou insuficientemente reguladas, de forma a impedir que o Contrato seja executado de modo inconveniente ou inoportuno para o interesse público, sem prejuízo do disposto no número seguinte e, designadamente, da reserva de autonomia técnica ou de gestão do Adjudicatário que se encontra assegurada no Contrato ou, ainda, dos usos sociais.
3. O exercício dos poderes de direção deve salvaguardar a autonomia do Adjudicatário, limitando-se ao estritamente necessário à prossecução do interesse público, e processando-se de modo a não perturbar a execução do Contrato, com observância das regras legais ou contratuais aplicáveis e sem diminuir a iniciativa e a correlativa responsabilidade do Adjudicatário.

4. Para além das demais ações tipificadas no Contrato, a direção pela Entidade Adjudicante consiste na emissão de ordens, diretivas ou instruções sobre o sentido das escolhas necessárias à execução das obrigações contratuais.
5. As ordens, diretivas ou instruções devem ser emitidas por escrito ou, quando as circunstâncias impuserem a forma oral, reduzidas a escrito e notificadas ao Adjudicatário no prazo de 5 (cinco) dias, salvo justo impedimento.
6. No âmbito do exercício dos poderes de direção e fiscalização referidos nos números anteriores, a Entidade Adjudicante tem direito de acesso, gratuito, irrestrito, imediato e permanente a toda a documentação e a todos os registos relativos a quaisquer operações relacionadas com as atividades desenvolvidas pelo Adjudicatário, independentemente do suporte em que se encontrem ou da forma sob a qual estejam arquivados, assim como aos espaços e zonas nas quais se desenvolvem aquelas atividades, desde que tal não prejudique o normal desenvolvimento das atividades e sempre em conformidade com a legislação aplicável.
7. O exercício dos poderes de direção e fiscalização nos termos da presente cláusula não envolvem qualquer responsabilidade da Entidade Adjudicante pela execução das tarefas inerentes à execução do Contrato a cargo do Adjudicatário, nem exoneram o Adjudicatário das suas responsabilidades contratuais.
8. Sem prejuízo de outros deveres gerais decorrentes da legislação aplicável, a atividade de fiscalização levada a cabo pela Entidade Adjudicante deve respeitar a dignidade, integridade e reserva de intimidade do Adjudicatário e dos fiscalizados, guardar sigilo comercial e causar o menor transtorno possível para o exercício das atividades que, concretamente, estejam em curso no momento da fiscalização.
9. Os encargos com os ensaios, vistorias, exames ou quaisquer outras ações de controlo ou fiscalização são suportadas pela Entidade Adjudicante, sendo contudo reembolsados pelo Adjudicatário caso se conclua pela existência de irregularidades ou incorreções.
10. A fiscalização do Contrato pela Entidade Adjudicante não dispensa a sujeição das atividades objeto do Contrato à respetiva fiscalização, nos termos da lei, por outras entidades com competência na matéria.

#### **CLÁUSULA 21.ª - DEVER GERAL DE COLABORAÇÃO**

1. O Adjudicatário compromete-se a colaborar de forma permanente com a Entidade Adjudicante, não criando impedimentos ou obstáculos ao normal desempenho das atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato.

2. O Adjudicatário obriga-se a prestar à Entidade Adjudicante e aos organismos ou pessoas que esta indica todos os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitados e que sejam necessários para o acompanhamento da execução do Contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do Código dos Contratos Públicos.
3. No âmbito do dever geral de colaboração estabelecido na presente cláusula, o Adjudicatário compromete-se a garantir o acesso irrestrito da Entidade Adjudicante a todos os bens afetos ao Contrato e disponibilizar gratuitamente à Entidade Adjudicante as instalações afetas à obra necessárias e adequadas para o exercício dos poderes de acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA 22.ª – DIREITO DE INSPEÇÃO**

1. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de inspecionar a forma como o Adjudicatário executa os trabalhos, designadamente, acompanhando o fabrico e montagem dos equipamentos, assistindo e verificando os ensaios e acompanhando a construção e montagem, podendo rejeitar no todo ou em parte aquilo que for executado incorretamente, não esteja de acordo com as indicações contratuais ou com a boa prática corrente.
2. O exercício do direito de inspeção por parte da Entidade Adjudicante não diminui, em qualquer caso, a responsabilidade do adjudicatário no caso de se verificar, posteriormente, a deficiente execução do Contrato.
3. O Adjudicatário fica obrigado a colaborar com a Entidade Adjudicante durante o período de inspeção, fornecendo todos os elementos que lhe forem solicitados e informando previamente a Entidade Adjudicante das datas das diferentes fases de execução da empreitada e, nomeadamente, das datas da realização dos ensaios respetivos.

#### **CLÁUSULA 23.ª – REUNIÕES PERIÓDICAS**

1. Com a periodicidade a indicar pelo Diretor de Fiscalização da obra, e em sede de fase de empreitada, serão realizadas reuniões de obra para acompanhamento dos trabalhos, com a presença obrigatória do Diretor de Obra, o qual deverá encontrar-se na posse de toda a informação necessária aos assuntos a tratar nas referidas reuniões.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando o Diretor de Fiscalização o entender, poderá exigir a realização de reuniões periódicas, vocacionadas para determinada especialidade, no âmbito do acompanhamento da empreitada. Nestas reuniões, poderá ser exigida a presença de um qualquer elemento afeto ao Adjudicatário, ou por si subcontratado, no âmbito da especialidade em causa.

#### CLÁUSULA 24.<sup>a</sup> – LIVRO DE REGISTO DA OBRA

1. O Adjudicatário organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo Diretor de Fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 30.º e no n.º 3 do artigo 305.º do Código dos Contratos Públicos:
  - a) Alterações ao Plano de Trabalhos ordenadas ou aceites pelo Diretor de Fiscalização;
  - b) Atrasos no ritmo dos trabalhos e suas causas;
  - c) Aprovações e rejeições de materiais;
  - d) Acidentes de trabalho.
3. O livro de registo será rubricado pelo Diretor de Fiscalização e pelo Adjudicatário em todos os acontecimentos nele registados e ficará ao cuidado deste último, que o deverá apresentar, sempre que solicitado pela primeira, ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Efetuada a receção definitiva, o livro de registos, passará para a posse da Entidade Adjudicante, sem prejuízo de poder ser consultado, a todo o momento, pelo Adjudicatário.

### SECÇÃO III – PRAZOS DE EXECUÇÃO

#### CLÁUSULA 25.<sup>a</sup> – PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

O Adjudicatário obriga-se a:

- a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao Adjudicatário a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;
- b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
- c) Concluir a conceção-construção da obra e solicitar a realização de vistoria para efeitos da sua receção provisória até ao prazo máximo de **10 (dez) meses** a contar da data da outorga do Contrato, **nunca podendo este prazo ultrapassar a data de 30 de junho de 2026.**

#### **CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> – CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHOS**

1. O Adjudicatário informa mensalmente o Diretor de Fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.
2. Quando os desvios assinalados pelo Adjudicatário, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o Diretor de Fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
3. No caso de o Adjudicatário retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 4 da Cláusula 18.<sup>a</sup>.
4. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao Adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

#### **CLÁUSULA 27.<sup>a</sup> – PRÉMIOS**

Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao Adjudicatário pelo cumprimento dos prazos de execução.

#### **CLÁUSULA 28.<sup>a</sup> – ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS**

1. Sempre que o Adjudicatário sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo Adjudicatário serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o Adjudicatário, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

## SECÇÃO IV - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

### CLÁUSULA 29.<sup>a</sup> – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o Projeto de Execução, com o presente Caderno de Encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.
2. O Adjudicatário pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente Caderno de Encargos e no Projeto de Execução por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

### CLÁUSULA 30.<sup>a</sup> – LOCAIS E INSTALAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTALEIRO

1. A identificação dos locais passíveis de instalação do estaleiro, bem como os respetivos custos de implantação e exploração, são da responsabilidade do Adjudicatário.
2. O Adjudicatário obriga-se a apresentar, para aprovação da Entidade Adjudicante, um Plano de Estaleiro com identificação de áreas industriais, incluindo a localização dos equipamentos fixos e móveis, administrativas e sociais, adequado aos trabalhos a realizar, onde estejam indicadas as instalações com destino aos serviços da Fiscalização e da Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário não pode, sem autorização da Entidade Adjudicante, realizar qualquer trabalho que modifique as instalações cedidas por esta, sendo obrigado a repô-las nas condições iniciais uma vez concluída a execução da obra.

### CLÁUSULA 31.<sup>a</sup> – INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

1. As instalações provisórias que venham a ser necessárias à boa execução da empreitada obedecerão ao que se encontra estabelecido na legislação em vigor e neste Caderno de Encargos, devendo o respetivo projeto ser previamente apresentado à entidade adjudicante para verificação dessa conformidade e ser submetidas à aprovação da Fiscalização.
2. O uso de qualquer parte da obra para alguma das instalações provisórias dependerá de autorização do Diretor de Fiscalização.
3. A autorização prevista no número anterior não dispensa o Adjudicatário de tomar as medidas adequadas a evitar a danificação da parte da obra utilizada.

4. A limpeza do estaleiro, em particular no que se refere às instalações e aos locais de trabalho e de esta da do pessoal, e a remoção de resíduos sólidos, deverá ser organizada de acordo com a regulamentação aplicável.

#### **CLÁUSULA 32.<sup>a</sup> – REDES DE ÁGUA, DE ESGOTOS, DE ENERGIA ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES**

1. O Adjudicatário deverá construir e manter em funcionamento as redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações definidas neste Caderno de Encargos ou no projeto ou, na sua omissão, que satisfaçam as exigências da obra e do pessoal.
2. Salvo indicação em contrário deste Caderno de Encargos, a manutenção e a exploração das redes referidas na Cláusula anterior, bem como as diligências necessárias à obtenção das respetivas licenças, são de conta do Adjudicatário, por inclusão dos respetivos encargos nos preços por ele propostos no ato do concurso.
3. Sempre que na obra se utilize água não potável, deverá colocar-se, nos locais convenientes, a inscrição «Água imprópria para beber».
4. As redes provisórias de energia elétrica deverão obedecer ao que for aplicável da regulamentação em vigor.
5. As redes definitivas de água, esgotos e energia elétrica poderão ser utilizadas durante os trabalhos, desde que objeto da licença ou autorização aplicável.

#### **CLÁUSULA 33.<sup>a</sup> – TRABALHOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA**

1. Constitui encargo do Adjudicatário a realização dos trabalhos de proteção e segurança especificados no projeto ou neste Caderno de Encargos, tais como referentes a construções e vegetação existentes nos locais destinados à execução dos trabalhos e os relativos a construções e instalações vizinhas destes locais.
2. Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção não definidos no projeto, o adjudicatário avisará a entidade adjudicante, propondo as medidas a tomar, e interromperá os trabalhos afetados, até decisão daquele.
3. No caso a que se refere o número anterior e estando envolvidos interesses de terceiros, a Entidade Adjudicante procederá aos contactos necessários com as entidades envolvidas, a fim de decidir das medidas a tomar.
4. O Adjudicatário deverá tomar as providências usuais para evitar que as instalações e os traba-

lhos da empreitada sejam danificados por inundações, tempestades ou outros fenómenos naturais.

5. Se a Entidade Adjudicante considerar insuficientes as medidas de segurança tomadas pelo Adjudicatário, pode impor-lhe a adoção das providências adequadas e a suspensão dos trabalhos até que estas sejam adotadas.
6. A suspensão de trabalhos referida no número anterior não é motivo justificativo de qualquer prorrogação de prazos.
7. A responsabilidade do Adjudicatário em nada fica diminuída por não terem sido efetuadas quaisquer observações às condições de segurança dos trabalhos por parte da Fiscalização.

#### **CLÁUSULA 34.ª – DEMOLIÇÕES**

1. Consideram-se incluídas no Contrato as demolições que se encontrem previstas no projeto ou neste Caderno de Encargos.
2. Os trabalhos de demolição referidos no número anterior compreendem a demolição das construções cuja existência seja evidente e que ocupem locais de implementação da obra, salvo indicação em contrário deste Caderno de Encargos, bem como a remoção completa para local devidamente licenciado e/ou autorizado por entidade competente, de todos os materiais e resíduos, incluindo fundações e canalizações não utilizadas, excetuando apenas o que a Entidade Adjudicante autorize a deixar no terreno.
3. O Adjudicatário tomará as precauções necessárias para assegurar em boas condições o desmonte e a conservação dos materiais e elementos de construção especificados neste Caderno de Encargos, sendo responsável pelos danos que eventualmente venham a sofrer.
4. Os materiais e elementos de construção a que se refere a Cláusula anterior são propriedade da Entidade Adjudicante.
5. Quaisquer esgotos ou demolições de obras que se mostrem necessários e que não tenham sido previstos no Contrato serão, ainda assim, executados pelo Adjudicatário sem lugar a remuneração adicional.

#### **CLÁUSULA 35.ª – REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO**

1. Consideram-se incluídos no Contrato os trabalhos necessários aos desenraizamentos, às desmatagens e ao arranque de árvores existentes na área de implantação da obra ou em outras áreas definidas no projeto ou neste Caderno de Encargos, devendo os desenraizamentos ser suficientemente profundos para garantirem a completa extinção das plantas.

2. Compete ainda ao Adjudicatário a remoção completa, para local devidamente licenciado e/ou autorizado por entidade competente, dos produtos resultantes dos trabalhos referidos no número anterior, bem como a regularização final do terreno.
3. Os produtos da remoção de vegetação a que se refere a Cláusula anterior são propriedade da Entidade Adjudicante.
4. Para execução dos trabalhos mencionados nas Cláusulas anteriores, o Adjudicatário deverá acautelar o disposto na legislação em vigor, sobre espécies protegidas, e comunicar previamente à Fiscalização, para aprovação desta, os procedimentos que se propõem desenvolver em conformidade com a referida legislação, sendo da sua responsabilidade e encargo, a obtenção das licenças e autorizações necessárias para o efeito.

#### **CLÁUSULA 36.ª – EQUIPAMENTO**

1. Constitui encargo do Adjudicatário, salvo estipulação em contrário deste Caderno de Encargos, o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.
2. O equipamento a que se refere o número anterior deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis.

#### **CLÁUSULA 37.ª – ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS, DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO**

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no Projeto de Execução e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
2. Sempre que o Projeto de Execução e os restantes documentos contratuais não fixem as respectivas características, o Adjudicatário não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
3. No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito europeu, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.

**CLÁUSULA 38.<sup>a</sup> – MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO PERTENCENTES AO DONO DA OBRA**

1. Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao Adjudicatário, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o Adjudicatário será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.
2. O disposto no número anterior não será aplicável se o Adjudicatário demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

**CLÁUSULA 39.<sup>a</sup> – APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO**

1. Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no Projeto de Execução e nos restantes documentos contratuais, o Adjudicatário submetê-los-á à aprovação do dono da obra.
2. Em qualquer momento poderá o Adjudicatário solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o dono da obra não se pronunciar nos 10 (dez) dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao Adjudicatário.
3. Os equipamentos de trabalho a utilizar na obra respeitarão o disposto na legislação específica aplicável, nomeadamente no que se refere à segurança (Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro), sendo a sua admissão em obra condicionada à prévia aprovação do Coordenador de Segurança em Obra.
4. O Adjudicatário é obrigado a fornecer ao dono da obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.
5. A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.
6. Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do dono da obra.

#### **CLÁUSULA 40.<sup>a</sup> – RECLAMAÇÃO CONTRA A NÃO APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO**

1. Se for negada a aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção e o Adjudicatário entender que a mesma devia ter sido concedida, pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, incluindo o cumprimento da Cláusula 29.<sup>a</sup>, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e toda a documentação técnica comparativa das soluções objeto de análise e ainda os documentos de homologação e apresentar à Fiscalização / Dono da Obra a reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 10 (dez) dias.
2. A reclamação considera-se deferida se o dono da obra não notificar o Adjudicatário da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao Adjudicatário.
3. Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do Adjudicatário dê origem serão suportados pelo Adjudicatário.

#### **CLÁUSULA 41.<sup>a</sup> – EFEITOS DA APROVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO**

1. Uma vez aprovados os equipamentos, materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade, ou o Adjudicatário tenha ocultado qualquer informação relevante sobre os mesmos.
2. No ato de aprovação dos materiais, equipamentos e elementos de construção poderá o Adjudicatário exigir que se colham amostras de qualquer deles.
3. Se a modificação da qualidade dos equipamentos, materiais, equipamentos e elementos de construção resultar de causa imputável ao Adjudicatário, este deverá substituí-los à sua custa.

#### **CLÁUSULA 42.<sup>a</sup> – APLICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO**

Os equipamentos, os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo Adjudicatário em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas e as recomendações técnicas dos fabricantes, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo Adjudicatário e aprovados pela Fiscalização / dono da obra.

#### **CLÁUSULA 43.<sup>a</sup> – SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO**

1. Serão rejeitados e removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos materiais e elementos de construção que:
  - a) Sejam diferentes dos aprovados;
  - b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.
2. A demolição, remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão de responsabilidade do Adjudicatário.
3. Se o Adjudicatário entender que não se verificam as hipóteses no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

#### **CLÁUSULA 44.<sup>a</sup> – DEPÓSITO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO NÃO DESTINADOS À OBRA**

O Adjudicatário não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

#### **CLÁUSULA 45.<sup>a</sup> – ALTERAÇÕES AO PROJETO PROPOSTAS PELO ADJUDICATÁRIO**

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao Projeto de Execução aprovado previamente pela Entidade Adjudicante, o Adjudicatário deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade técnicas das mesmas. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo Adjudicatário sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

#### **CLÁUSULA 46.<sup>a</sup> – MENÇÕES OBRIGATÓRIAS NO LOCAL DOS TRABALHOS**

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o Adjudicatário deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do Adjudicatário, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, e manter

cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a executar e colocar, a seu cargo, uma placa identificativa de obra em cada frente de obra, nos termos do disposto na Cláusula 51.<sup>a</sup>.
3. O Adjudicatário deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do Plano de Segurança e Saúde, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
4. O Adjudicatário obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
5. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

#### **CLÁUSULA 47.<sup>a</sup> – ENSAIOS**

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do Adjudicatário.
2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do Adjudicatário, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

#### **CLÁUSULA 48.<sup>a</sup> – MEDIÇÕES**

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no Projeto de Execução e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra, são feitas no local da obra com a colaboração do Adjudicatário e são formalizados em auto.
2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
3. Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem

de prioridades:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o Adjudicatário.

#### **CLÁUSULA 49.<sup>a</sup> – PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS**

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### **CLÁUSULA 50.<sup>a</sup> – EXECUÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS TRABALHOS NO LOCAL DA OBRA**

1. O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o Diretor de Fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.
3. Quando o Adjudicatário considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o Adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do Código dos Contratos Públicos, a efetuar nos seguintes termos:

- a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
- b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

#### **CLÁUSULA 51.ª – SINALIZAÇÃO DA EMPREITADA E DAS OBRAS**

- 1. Da sinalização da empreitada constará a colocação de painéis informativos de identificação e de indicação, sendo retirados imediatamente após a conclusão efetiva, independentemente da receção provisória.
- 2. Todos os painéis de sinalização de empreitada deverão ser instalados no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da data da aprovação dos trabalhos. A Entidade Adjudicante reserva-se ao direito de colocar ou mandar colocar por terceiros e por conta do Adjudicatário todos os painéis em falta.
- 3. O Adjudicatário obriga-se a colocar na obra, precedendo a execução de qualquer tipo de trabalhos, os sinais e marcas considerados necessários, tendo em vista garantir as melhores condições de segurança durante as obras, em estreita obediência do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e da Portaria n.º 101/96, de 3 de abril.
- 4. Nas empreitadas que impliquem condicionamentos de trânsito, o Adjudicatário obriga-se ao cumprimento das disposições legais aplicáveis, designadamente ao Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, bem como da apresentação quando aplicável do plano de sinalização temporário.
- 5. Toda a sinalização de caráter temporário e policiamento da empreitada, constituem encargos de responsabilidade do Adjudicatário.

#### **CLÁUSULA 52.ª – OUTROS ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO NA FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA**

- 1. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos e por terceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Adjudicatário ou dos seus subcontratados e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de proteção ou segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.
- 2. Constituem, ainda, encargos do Adjudicatário:
  - a) Tudo o que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos pelo Contrato, de acordo com a melhor técnica e regras de arte e de harmonia com as

especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no projeto e no Caderno de Encargos, com as instruções de fabricantes e com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

- b) O reforço dos meios de ação necessários para a recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
  - c) A iluminação, vigilância e sinalização e, se necessário, a vedação das obras e instalações para o pessoal;
  - d) Os custos decorrentes da implementação do Plano de Segurança e Saúde;
  - e) Desvios de trânsito, sinalização e policiamento, de acordo com a legislação em vigor e com as normas técnicas das entidades concessionárias/responsáveis;
  - f) A obtenção de todas as licenças e autorizações de carácter ambiental, como sejam a licença especial de ruído, a licença para o abate de árvores e/ou a sua deslocação, transporte e deposição de resíduos, caracterização de resíduos e solos na área da obra, entre outras, que venham a ser consideradas necessárias no decurso da mesma;
  - g) As vedações de áreas de instalação e montagem ou para manutenção do tráfego em arruamentos ou vias rodoviárias interrompidas ou o restabelecimento de itinerários provisórios, incluindo a adaptação e conservação dos respetivos pavimentos, bem como a adequada sinalização;
  - h) As monitorizações ambientais, programadas ou excecionais;
  - i) As medidas necessárias para evitar ou reduzir os incómodos provocados a terceiros;
  - j) A conservação e a limpeza da obra e de eventuais vias afetadas, até à receção provisória da obra;
  - k) As operações de limpeza final da obra, bem como as de limpeza de todas as vias por onde tenha circulado o tráfego da obra durante a execução dos trabalhos;
  - l) Todos os encargos decorrentes dos consumos de água e de eletricidade, durante a execução da empreitada que se afigurem necessários.
3. O Adjudicatário é ainda responsável pelo cumprimento das obrigações em matéria de ambiente, gestão de riscos e gestão da qualidade decorrentes da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA 53.<sup>a</sup> – ENCARGOS COM CERTIFICAÇÕES, VISTORIAS E TAXAS**

1. Correm por conta do Adjudicatário toda a responsabilidade pelo tratamento administrativo e

processual, incluindo projetos, com vista ao licenciamento e execução das redes de alimentação ao edifício, tais como energia elétrica, telecomunicações, água e outras imprescindíveis ao funcionamento da construção.

2. O Adjudicatário é responsável pela obtenção dos certificados de exploração e ensaios referentes às infraestruturas de serviço público e especialidades indicadas nos projetos referidos no ponto anterior, suportando todos os encargos, custos e taxas associadas.
3. Todos os documentos obtidos nos números anteriores serão entregues à Entidade Adjudicante.

#### **CLÁUSULA 54.<sup>a</sup> – PUBLICIDADE**

O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir no local dos trabalhos qualquer espécie de publicidade sem prévia autorização escrita da Entidade Adjudicante, designadamente relativa a subcontratados, equipamentos e materiais.

#### **CLÁUSULA 55.<sup>a</sup> – PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS**

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pela Entidade Adjudicante, correm inteiramente por conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. No caso de a Entidade Adjudicante ser demandada por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

### **SECÇÃO V – PESSOAL**

#### **CLÁUSULA 56.<sup>a</sup> – OBRIGAÇÕES GERAIS**

1. São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O Adjudicatário deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja

tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do Adjudicatário, dos subcontratados ou de terceiros.

3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o Adjudicatário o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
4. As quantidades e a qualificação profissional da mão de obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

#### **CLÁUSULA 57.<sup>a</sup> – HORÁRIO DE TRABALHO**

O Adjudicatário pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

#### **CLÁUSULA 58.<sup>a</sup> – SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO**

1. O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O Adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do Adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Adjudicatário.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o Diretor de Fiscalização da obra o exija, o Adjudicatário apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da Cláusula 71.<sup>a</sup>.
5. O Adjudicatário responde, a qualquer momento, perante o Diretor de Fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

## SECÇÃO VI – RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

### CLÁUSULA 59.<sup>a</sup> - RECEÇÃO PROVISÓRIA

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
3. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do Código dos Contratos Públicos.
4. No documento da receção provisória da obra deverá ser mencionado o número de km construídos da linha e que a mesma está pronta para o uso imediato do serviço de transporte.

### CLÁUSULA 60.<sup>a</sup> - PRAZO DE GARANTIA

Na data da assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o Adjudicatário está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra, variando este de acordo com os defeitos da obra nos seguintes termos:

- a) 10 (dez) anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 397.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) 5 (cinco) anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 397.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) 2 (dois) anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 397.º do Código dos Contratos Públicos.

### CLÁUSULA 61.<sup>a</sup> - COLOCAÇÃO AO SERVIÇO E TRANSFERÊNCIA PARA FASE DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

1. A colocação em serviço da globalidade da obra, ou de partes desta que sejam autonomizáveis do total e que a Entidade Adjudicante solicite desejar utilizar, correrá sob responsabilidade e custos do Adjudicatário, constituindo parte do objeto do Contrato.
2. A colocação em serviço só poderá ter lugar se a correspondente receção provisória tiver já sido

efetuada ou tenha condições de o ser e se o Adjudicatário tiver entregue toda a documentação que lhe incumbe.

3. A colocação em serviço pressupõe a obtenção de todas as certificações e autorizações necessárias para tal junto de autoridades públicas, incluindo as que incumbem ao Adjudicatário e as que incumbem à Entidade Adjudicante, devendo o Adjudicatário, no caso destas últimas, fornecer atempadamente os documentos e informações necessárias.
4. Com a colocação em serviço e correspondente receção provisória os bens serão transferidos para a Entidade Adjudicante, ou para outra entidade por esta indicada, a fim de serem utilizadas como parte de sistemas de transporte de passageiros e de ser realizada a sua manutenção por terceiros, sem prejuízo das prestações de garantia que correm sob responsabilidade e encargo do Adjudicatário.

#### **CLÁUSULA 62.<sup>a</sup> - RECEÇÃO DEFINITIVA**

1. No final do prazo de garantia previsto na Cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
3. A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
  - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
  - b) Cumprimento, pelo Adjudicatário, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
4. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do Adjudicatário, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do Adjudicatário, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

## CAPÍTULO IV – REGIME FINANCEIRO

### CLÁUSULA 63.<sup>a</sup> - PREÇO CONTRATUAL E PREÇO BASE

1. O preço contratual do Contrato será o indicado na proposta adjudicada.
2. O preço base do presente procedimento é de **€ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de euros)**, respeitante às seguintes componentes:
  - a) Conceção e elaboração de Projeto de Execução: **€ 1.000.000,00 (um milhão de euros)**;
  - b) Empreitada de construção: **€ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de euros)**.
3. O preço base inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade industrial ou intelectual, ou de quaisquer licenças.
4. Aos montantes indicados na presente Cláusula acresce IVA à taxa legal em vigor.

### CLÁUSULA 64.<sup>a</sup> - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos a efetuar respeitantes à elaboração do Projeto de Execução serão fracionados da seguinte forma:
  - a) 10% do valor contratual referente à componente do Projeto de Execução com a aprovação do Planeamento de trabalhos do Projeto de Execução;
  - b) 20% do valor contratual referente à componente do Projeto de Execução com a entrega do Relatório Intermédio;
  - c) 20% do valor contratual referente à componente do Projeto de Execução com a entrega do Projeto de Execução;
  - d) 40% do valor contratual referente à componente do Projeto de Execução com a aprovação do Projeto de Execução;
  - e) 10% com a prestação de Assistência Técnica em Fase de Obra, a serem faturados trimestralmente, após o início da empreitada, coincidindo o último pagamento com o fecho da empreitada
2. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra pela execução da empreitada têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo

com o disposto na Cláusula 48.<sup>a</sup>.

3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias, nos termos do artigo 299.º/4 do Código dos Contratos Públicos, após a apresentação da respetiva fatura.
4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
5. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.
6. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o Diretor de Fiscalização da obra e o Adjudicatário quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao Adjudicatário, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo Diretor de Fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
7. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo Diretor de Fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.
8. O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 65.<sup>a</sup> - REVISÃO DE PREÇOS**

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão de obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
2. A revisão de preços obedece à fórmula: F10 – estradas.
3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

#### **CLÁUSULA 66.<sup>a</sup> - ADIANTAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO**

1. O Adjudicatário pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no Plano de Trabalhos.

2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do Código dos Contratos Públicos, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o Adjudicatário ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.
3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do Adjudicatário.
4. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 67.ª - REEMBOLSO DOS ADIANTAMENTOS**

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

- a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = (V_a/V_t) \times V_{pt} - V_{rt}$$

- b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = (V_a/V_t) \times V'_{pt} - V_{rt}$$

em que

$V_{ri}$  é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

$V_a$  é o valor do adiantamento;

$V_t$  é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

$V_{pt}$  é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

$V'_{pt}$  é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

Vrt é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

#### **CLÁUSULA 68.ª - MORA**

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o Adjudicatário aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

### **CAPÍTULO V - GARANTIAS**

#### **CLÁUSULA 69.ª - CAUÇÃO, DESCONTOS E RETENÇÃO NOS PAGAMENTOS**

1. É exigida a prestação de caução, de acordo com o disposto no artigo 88.º/2 do Código dos Contratos Públicos, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual.
2. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o Adjudicatário tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento, nos termos conjugados do disposto nos artigos 88.º/1 e 2 e 353.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.
3. A dedução prevista no número anterior pode ser substituída por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, por garantia bancária à primeira solicitação ou por seguro-caução, nos mesmos termos estabelecidos para a caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.
4. Sem prejuízo do artigo 105.º do Código dos Contratos Públicos, a Entidade Adjudicante pode executar a caução para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do incumprimento imputável pelo Adjudicatário das suas obrigações decorrentes do Contrato.
5. A utilização da caução pela Entidade Adjudicante não carece de prévia decisão judicial e/ou arbitral.
6. Sempre que a Entidade Adjudicante execute, parcial ou totalmente, a caução, o Adjudicatário deve proceder à renovação do respetivo valor, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação pela Entidade Adjudicante para esse efeito.

7. Caso o Adjudicatário não proceda à renovação do valor de caução no prazo referido no número anterior, a Entidade Adjudicante fixa novo prazo para o efeito, durante o qual pode aplicar uma sanção pecuniária, de carácter compulsório, a fixar entre € 500 (quinhentos euros) e € 1.000,00 (mil euros), por cada dia de atraso.
8. Findo o prazo referido no número anterior, a Entidade Adjudicante pode resolver o Contrato, nos termos do disposto no Contrato.
9. O Adjudicatário suporta todas as despesas e encargos com a prestação e/ou reposição(ões) da caução, mantendo-a válida até à data do seu cancelamento ou restituição pela Entidade Adjudicante, a qual ocorre, salvo disposto contrário noutras cláusulas do Caderno de Encargos, no prazo de 30 (trinta) dias após o integral e pontual cumprimento do Contrato pelo Adjudicatário e apenas mediante confirmação expressa deste por parte da Entidade Adjudicante.

#### **CLÁUSULA 70.<sup>a</sup> – EXECUÇÃO DA CAUÇÃO**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no Programa do Concurso, pode ser executada pela Entidade Adjudicante sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do Contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução nos termos da lei ou do Contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Entidade Adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 71.<sup>a</sup> – CONTRATOS DE SEGURO**

1. O Adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2. O Adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
3. O Adjudicatário é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da Cláusula seguinte, o Adjudicatário obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.
5. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
6. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do Adjudicatário e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
7. Os seguros previstos no presente Caderno de Encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Adjudicatário perante o dono da obra e perante a lei.
8. Em caso de incumprimento por parte do Adjudicatário das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

#### **CLÁUSULA 72.ª – OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO**

1. O Adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subcontratados se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O Adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que

circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

3. O Adjudicatário obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.
4. No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.
5. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

## **CAPÍTULO VI - MODIFICAÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS**

### **CLÁUSULA 73.ª – TRABALHOS COMPLEMENTARES**

Podem ser realizados trabalhos complementares, sendo aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no Contrato, aplicando-se aos mesmos o disposto nos artigos 371.º a 378.º do Código dos Contratos Públicos.

### **CLÁUSULA 74.ª – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

1. O Adjudicatário pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do Código dos Contratos Públicos, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
3. Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 385.º do Código dos Contratos Públicos, a subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao

subcontratado na fase de formação do Contrato, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do Código dos Contratos Públicos, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
5. O Adjudicatário obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do Adjudicatário do pessoal dos subcontratados presentes na obra.
6. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
7. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o Adjudicatário deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do Código dos Contratos Públicos, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
8. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
9. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos.

## **CAPÍTULO VII - REGIME DE RESPONSABILIDADE E INCUMPRIMENTO**

### **CLÁUSULA 75.ª - PRINCÍPIO GERAL DE RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO**

1. O Adjudicatário, ainda que em caso de subcontratação, é o único e direto responsável pelo pontual e integral cumprimento das obrigações relacionadas com o Contrato decorrentes de normas legais, regulamentos ou outras disposições administrativas que, em cada momento, lhe sejam aplicáveis, não podendo opor à Entidade Adjudicante qualquer relação com terceiros para exclusão ou limitação dessa responsabilidade.
2. O Adjudicatário responde, nos termos da lei geral, por quaisquer prejuízos causados no exercício das suas atividades, pela culpa ou pelo risco.
3. O Adjudicatário responde ainda, nos termos gerais da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados por atos ou omissões das pessoas e entidades a que tenha recorrido, seja a que título for, para o desenvolvimento das atividades contratadas.
4. O Adjudicatário é ainda responsável pelo cumprimento de todas as obrigações acessórias do

Contrato, designadamente os deveres de cuidado, de informação e de sigilo, ainda que as obrigações principais ligadas estejam subcontractadas.

5. A responsabilidade do Adjudicatário implica serem da sua conta quaisquer danos e despesas suportados ou exigidos à Entidade Adjudicante por inobservância de disposições legais ou contratuais cujo cumprimento incumba ao Adjudicatário.

#### **CLÁUSULA 76.ª - INCUMPRIMENTO E INCUMPRIMENTO DEFINITIVO**

1. Se o Adjudicatário cumprir defeituosamente qualquer das suas obrigações contratuais por facto que lhe seja imputável ou não as cumprir de forma pontual, a Entidade Adjudicante notifica-o para, dentro de um prazo razoável, cumprir correta e atempadamente as obrigações em falta e repor a normalidade da situação.
2. Findo o prazo referido no número anterior sem que o Adjudicatário tenha sanado o incumprimento e/ou agido em conformidade com o disposto na notificação da Entidade Adjudicante, esta pode, mediante mera notificação àquela e independentemente de qualquer outra formalidade:
  - a) Optar por substituir-se ao Adjudicatário, promovendo, a expensas desta, o desenvolvimento, diretamente ou por intermédio de terceiro, das atividades concedidas não executadas; ou
  - b) Considerar o incumprimento como definitivo e resolver o Contrato.
3. O disposto nos números anteriores não invalida nem impede a aplicação pela Entidade Adjudicante das sanções previstas no presente Caderno de Encargos, nem qualquer outro direito de natureza indemnizatória nos termos gerais de direito.
4. Se a Entidade Adjudicante incumprir as obrigações que para ela resultarem do Contrato, o Adjudicatário deve, sob pena de ineficácia dos direitos que lhe assistem perante a Entidade Adjudicante em virtude desse incumprimento, notificá-la para que, num prazo razoável, cumpra as suas obrigações ou reponha a normalidade da situação.

#### **CLÁUSULA 77.ª - SANÇÕES CONTRATUAIS PECUNIÁRIAS**

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução sancionatória do Contrato nos termos do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, a Entidade Adjudicante pode, com observância das regras previstas nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos, aplicar sanção contratual pecuniária em caso de incumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações, nos termos dos números seguintes.

2. Pelo incumprimento dos prazos contratuais, intermédios e finais, respeitantes à elaboração do Projeto de Execução, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma multa diária, calculada da seguinte forma:
  - a) Uma fração de 1/1000 (um por mil) do preço contratual respeitante à elaboração do Projeto de Execução, no primeiro período de 5 (cinco) dias.
  - b) Em cada período subsequente de igual duração, a multa sofrerá um acréscimo de 0,25/1000 (zero vírgula vinte e cinco por mil) do preço contratual global.
3. Pelo incumprimento dos prazos contratuais, intermédios e finais, respeitantes à execução da Empreitada, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma multa diária, calculada da seguinte forma:
  - c) Uma fração de 0,5/1000 (zero vírgula cinco por mil) do preço contratual respeitante à empreitada, no primeiro período de 15 (quinze) dias.
  - d) Em cada período subsequente de igual duração, a multa sofrerá um acréscimo de 0,25/1000 (zero vírgula vinte e cinco por mil) do preço contratual global.
4. Cada incumprimento de prazo contratual é considerado um evento autónomo.
5. Em caso de reincidência, os valores da sanção contratual pecuniária aplicável são consecutivamente elevados em metade.
6. A aplicação das sanções contratuais pecuniárias previstas na presente Cláusula será precedida de audiência prévia, devendo o Adjudicatário responder fundamentadamente ao projeto de decisão de aplicação das mesmas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua data da notificação.
7. Sem que tal constitua um direito ou sequer uma legítima expectativa do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode atenuar ou revogar, total ou parcialmente, qualquer sanção pecuniária aplicável.
8. A penalidade aplicada será deduzida na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
9. Independentemente do tipo de infração praticada, caso o Adjudicatário não proceda ao pagamento voluntário das sanções contratuais pecuniárias aplicadas, pode a Entidade Adjudicante determinar a perda da caução no valor correspondente à sanção contratual pecuniária aplicável, sendo o Adjudicatário obrigado a repor a mesma nos termos da **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**<sup>69.a</sup>.
10. O pagamento das sanções pecuniárias contratuais não isenta o Adjudicatário do cumprimento integral do Contrato, nem de responsabilidade criminal, contraordenacional e civil a que eventualmente haja lugar, nem exclui o exercício do poder de fiscalização, de controlo e

sancionatório de outras entidades competentes.

11. À aplicação das sanções previstas na presente Cláusula são aplicáveis os limites máximos do respetivo valor acumulado previstos nos n.ºs 2 a 4 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 78.ª - FORÇA MAIOR**

1. Consideram-se casos de força maior, para efeitos do Contrato, os eventos imprevisíveis e inevitáveis, exteriores às Partes e independentes da sua vontade ou atuação, ainda que indiretos, e que não correspondam a riscos normais do Contrato, que comprovadamente impeçam o pontual cumprimento das obrigações contratuais.
2. Para os efeitos previstos no número, consideram-se eventos de força maior, designadamente, atos de guerra ou subversão, insurreição, hostilidades ou invasão, tumultos, rebelião ou terrorismo, explosão nuclear, contaminação radioativa ou química, cataclismo, tremores de terra, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, determinações governamentais ou administrativas injuntivas, ciclones, fogo, raio e inundações.
3. Não são considerados como casos de força maior, para efeitos do Contrato, nomeadamente os seguintes eventos ou circunstâncias:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior nos termos do n.º 1 para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou a grupos de sociedades que esta integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Incumprimento pelos trabalhadores do dever de prestação de serviços mínimos no caso de greves ou conflitos laborais referidos na alínea anterior;
  - d) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário dos deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
  - e) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais, regulamentares ou do Contrato;
  - f) Incêndios ou inundações com origem nas instalações afetas ao Adjudicatário cuja causa ou propagação é lhe imputável; e
  - g) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário ou dos seus subcontratados não devidas a sabotagem.

4. Perante a ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar eventos de força maior ao abrigo do disposto na presente cláusula, o Adjudicatário fica obrigada a:
- a) Dar conhecimento imediato, por escrito, à Entidade Adjudicante, da ocorrência do evento de força maior;
  - b) Adotar diligentemente todas as medidas ao seu dispor que permitam mitigar todos os efeitos causados no Contrato pelo evento de força maior;
  - c) Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias sobre a ocorrência do evento de força maior, um plano de recuperação a aplicar durante o período de tempo necessário a essa recuperação;
  - d) Fornecer, nos 3 (três) dias imediatamente subsequentes à comunicação a que se refere a alínea anterior, informação, tão detalhada quanto possível, relativamente às circunstâncias do evento de força maior, incluindo sobre a natureza e alcance das obrigações cujo cumprimento seja ou possa ser afetado, atrasado ou impedido por tais circunstâncias, e as medidas e prazo julgados necessários para mitigar e remediar tal situação;
  - e) Complementar e atualizar a informação referida na alínea anterior sempre que tenha conhecimento de dados novos que sejam relevantes para a análise ou resolução do evento de força maior; e
  - f) Retomar o cumprimento integral das suas obrigações logo que tal se mostre possível, designadamente, logo que cesse o evento e/ou efeitos do evento de força maior.
5. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e 6, a ocorrência de um evento de força maior reconhecido como tal pela Entidade Adjudicante, tem por efeito, consoante aplicável:
- a) Exonerar o Adjudicatário da responsabilidade pelo incumprimento das obrigações emergentes do Contrato que sejam afetadas pela ocorrência do mesmo, na estrita medida em que o respetivo cumprimento atempado tenha sido efetivamente impedido, podendo dar lugar à aplicação do disposto no n.º 6; e
  - b) Conferir aa Entidade Adjudicante o direito de determinar a resolução, total ou parcial, do Contrato, caso a impossibilidade de cumprimento do Contrato se torne definitiva, caso a exoneração do cumprimento prevista na alínea anterior implique a suspensão da Concessão por mais de 30 (trinta) dias, ou caso a aplicação do disposto no n.º 6 seja considerado pela Entidade Adjudicante como excessivamente onerosa.

6. Verificando-se a resolução do Contrato nos termos da presente cláusula, observa-se, nomeadamente, o seguinte:
- a) Pode a Entidade Adjudicante exigir do Adjudicatário que esta lhe ceda gratuitamente a posição contratual para si emergente dos contratos celebrados com terceiros; e
  - b) A Entidade Adjudicante liberta a caução a favor do Adjudicatário nos termos do Contrato e da lei.

## **CAPÍTULO VIII - SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

### **CLÁUSULA 79.<sup>a</sup> - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 297.º e 365.º do Código dos Contratos Públicos, a Entidade Adjudicante pode determinar a suspensão da elaboração ou execução do projeto, ou a suspensão da execução dos trabalhos, por razões alheias ao Adjudicatário, por períodos cujo somatório não exceda 100 (cem) dias, sem que para tal careça do acordo do Adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a suspensão da obra pode ainda ser promovida pela Entidade Adjudicante ou pelo Adjudicatário, em qualquer das circunstâncias previstas nos números seguintes, só se tornando efetiva no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da receção da respetiva notificação, efetuada por carta registada com aviso de receção pela parte que a promova e na qual consignará os respetivos fundamentos, sem prejuízo do estipulado no artigo 366.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Entidade Adjudicante pode determinar, a todo o tempo, a suspensão do Contrato invocando a falta de condições de segurança, a verificação da necessidade de estudar alterações a introduzir no Projeto de Execução ou, ainda, uma determinação vinculativa ou recomendação tida como relevante de quaisquer autoridades administrativas competentes.
4. O Adjudicatário pode promover a suspensão do Contrato somente nas situações previstas no artigo 366.º do Código dos Contratos Públicos, devendo ser antecedida de comunicação escrita à Entidade Adjudicante, imediatamente após a verificação do evento que a fundamenta, com menção expressa do fundamento invocado e dos factos que o concretizam.
5. No decorrer do período de suspensão, as partes procurarão ultrapassar as circunstâncias que justifiquem a suspensão comunicada, e caso o facto gerador da suspensão seja imputável ao Adjudicatário deverá este assegurar o cumprimento do prazo contratual previamente estabelecido sem direito a qualquer prorrogação não podendo invocar qualquer tipo de reposição de equilíbrio financeiro.

#### **CLÁUSULA 80.<sup>a</sup> - EXTINÇÃO DO CONTRATO**

Para além de outros fundamentos na lei ou no Contrato, o Contrato extingue-se nos casos previstos nas cláusulas seguintes.

#### **CLÁUSULA 81.<sup>a</sup> - RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INCUMPRIMENTO CONTRATUAL DO ADJUDICATÁRIO**

1. Além de outros casos de violação reiterada ou grave, pelo Adjudicatário, das disposições legais ou dos termos contratuais da Concessão e dos casos especialmente previstos na lei ou no Contrato, a Entidade Adjudicante pode ainda resolver unilateralmente a Concessão, sem que o Adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização, nos seguintes casos:
  - a) Superação dos limites do valor acumulado das sanções contratuais aplicadas ao Adjudicatário, previstas na Cláusula 77.<sup>a</sup>;
  - b) Suspensão ou interrupção dos trabalhos da empreitada, total ou parcial, não permitida por lei ou pelo Contrato com duração superior a 10 (dez) dias, sendo todos os tempos de suspensão ou interrupção somados para o efeito;
  - c) Declaração de insolvência, estado de liquidação, dissolução, sujeição a qualquer medida judicial de recuperação de empresa ou inabilitação judicial ou administrativa do exercício da atividade social relativamente ao Adjudicatário;
  - d) Condenação do Adjudicatário por qualquer delito que afete de forma grave a sua reputação profissional ou que o impeça de executar o Contrato; e
  - e) Exercício, pelo Adjudicatário, de prática fraudulenta que lese o interesse público.
2. A resolução opera mediante notificação enviada pela Entidade Adjudicante ao Adjudicatário com indicação do motivo justificativo da resolução.
3. A resolução do Contrato determina a perda automática da caução a favor da Entidade Adjudicante a título de cláusula penal sem prejuízo da responsabilidade do Adjudicatário, nos termos gerais de direito, por todos os danos e prejuízos decorrentes da resolução que excedam o montante da cláusula penal.
4. A resolução do Contrato não prejudica a aplicação de quaisquer outras sanções contratuais que se mostrem devidas.
5. Em caso de incumprimento, pelo Adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, a Entidade Adjudicante pode, em alternativa, determinar ao Adjudicatário a cedência da sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o Contrato, que venha a ser

indicado pela Entidade Adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento. A cessão da posição contratual, para efeitos do disposto no presente número, realiza-se nos termos previstos no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 82.ª - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO ADJUDICATÁRIO**

1. O Adjudicatário pode resolver o Contrato nos termos do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Sem prejuízo do disposto em contrário na lei ou no Contrato, o Adjudicatário não pode interromper ou suspender o cumprimento das suas obrigações até à efetiva resolução do Contrato.

### **CAPÍTULO IX - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **CLÁUSULA 83.ª - RESOLUÇÃO AMIGÁVEL**

1. No caso de litígio ou disputa quanto à interpretação, aplicação ou integração do disposto no Contrato, as Partes devem diligenciar de forma a obter uma solução concertada para a questão.
2. Caso tenha decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sobre a data de início da tentativa de resolução amigável prevista no número anterior, sem que as Partes desavindas tenham chegado a consenso, qualquer das Partes pode, a todo o momento, dar por finda a tentativa de resolução amigável e submeter a questão à resolução do foro competente, de acordo com o disposto na cláusula seguinte.

#### **CLÁUSULA 84.ª - RESOLUÇÃO POR VIA JUDICIAL**

No caso de não ser possível uma solução negociada e amigável nos termos previstos na cláusula anterior, cada uma das Partes pode a todo o momento recorrer à via judicial de resolução do litígio, sendo competente para o efeito o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **CLÁUSULA 85.ª - NÃO EXONERAÇÃO DE CUMPRIMENTO**

A submissão de qualquer questão ao tribunal não exonera o Adjudicatário do pontual cumprimento do Contrato e das determinações da Entidade Adjudicante emanada ao abrigo

da lei ou do Contrato, nem permite qualquer suspensão, interrupção e/ou cessação do desenvolvimento das atividades integradas no Contrato, as quais devem continuar a processar-se nos termos do Contrato, até que uma decisão final definitiva seja proferida pelo tribunal relativamente à matéria em causa.

## CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS

### CLÁUSULA 86.<sup>a</sup> - FINANCIAMENTO DOS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO; ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

1. Os interessados e o Adjudicatário ficam pela presente Cláusula conhecedores que:
  - a) Para a conceção e construção da Linha Vermelha do BRT foi atribuído à Entidade Adjudicante o Investimento com o código RP-C21-i14 designado por “Sistema de BRT Braga”, enquadrado na Componente C21 do REPowerEU do Plano de Recuperação e Resiliência concedido pela Estrutura de Missão "RECUPERAR PORTUGAL no montante global de 100.000.000,00 € (cem milhões de euros), conforme decisão que consta do Anexo VI (Decisão de Financiamento) ao presente Caderno de Encargos, considerando que foi efetuada uma reprogramação em baixa, do Financiamento suprarreferido no valor final 76.000.000€ (setenta e seis milhões);
  - b) A atribuição e efetivo recebimento desse financiamento são pressuposto e condição fundamentais da formação da vontade da Entidade Adjudicante na decisão de abertura do presente Concurso Público e de contratar (e subsequente celebração do Contrato), na medida em que o financiamento se destina exclusivamente a pagar o preço contratual resultante da proposta adjudicada no presente Concurso Público;
  - c) Sem a atribuição e efetivo recebimento desse financiamento, a Entidade Adjudicante não tem condições financeiras nem materiais para assumir o Preço Contratual e, portanto, para realizar a contratação da conceção e construção da Linha Vermelha do BRT;
  - d) O efetivo recebimento desse financiamento pressupõe o cumprimento das condições estabelecidas na decisão constante do Anexo VI (Decisão de Financiamento) do presente Caderno de Encargos, nomeadamente o cumprimento dos prazos para a conclusão das obras de construção, segundo o qual a mesma deve ocorrer até 30 de junho de 2026;
  - e) A não conclusão das obras de construção até 30 de junho de 2026 implica o não recebimento do financiamento atribuído pela referida decisão, ou inclusivamente a devolução de financiamentos já recebidos, que será utilizado para pagamento do Preço

Contratual devido ao Adjudicatário.

2. O Adjudicatário fica obrigado, com a celebração do Contrato, a atuar com toda a diligência e proatividade e a praticar todos os atos necessários a assegurar que as obras de construção ficam concluídas antes de até 30 de junho de 2026, bem como a desenvolver todos os esforços e a praticar todos os atos necessários, em colaboração com a Entidade Adjudicante, para que a Entidade Adjudicante cumpra as condições impostas na decisão constante do Anexo VI (Decisão de Financiamento) ao presente Caderno de Encargos e, bem assim, assegurar o recebimento do financiamento referido no n.º 1 da presente Cláusula.
3. Sem prejuízo da aplicação sanções contratuais ou de outras medidas previstas no contrato ou em lei, o Adjudicatário responderá pelos prejuízos e custos incorridos pela Entidade Adjudicante pela perda de financiamento em resultado de atrasos na execução do Contrato da sua responsabilidade que determinem, ou pelo menos contribuam para, o incumprimento do prazo de até 30 de junho de 2026 estabelecido na decisão de financiamento constante do Anexo VI (Decisão de financiamento) ao presente Caderno de Encargos, ou em resultado do incumprimento do dever de diligência e proatividade referido no número anterior que determine, ou pelo menos contribua para, o mesmo resultado.
4. O Adjudicatário deve, no momento da outorga do Contrato, subscrever e entregar à entidade adjudicante declaração sob compromisso de honra com reconhecimento e aceitação do disposto na presente Cláusula.

#### **CLÁUSULA 87.<sup>a</sup> - PROTEÇÃO DE DADOS E RGPD**

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Entidade Adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele;
2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das instruções desta empresa e da legislação de Proteção de Dados Pessoais (adiante designada LPDP), nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016);
3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela Entidade Adjudicante.

4. O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais, adiante designada por LPDP, e na demais legislação aplicável, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que celebra com outras entidades por si subcontratadas;
5. O fornecedor obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
6. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da execução do objeto deste contrato;
7. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
8. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
9. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante, esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
10. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
11. Prestar à Entidade Adjudicante, toda a colaboração de que estes careçam para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a Entidade Adjudicante, informados em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à Entidade Adjudicante;
12. Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;
13. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
14. Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que

tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

15. Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que estes cumpram a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados;
16. Garantir mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
17. Disponibilizar as informações necessárias para demonstrar o cumprimento do RGPD, bem como colaborar com auditorias ou inspeções, conduzidas pela Entidade Adjudicante ou por outro auditor por este mandatado;
18. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato;
19. Para efeitos do disposto na presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário/fornecedor, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
20. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo que ocorra.

#### **CLÁUSULA 88.ª – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

No cumprimento no disposto no Plano Estratégico de Sustentabilidade 2030 dos TUB – Transportes Urbanos de Braga, a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e todas as demais orientações comunitárias, foram definidos para o presente procedimento os seguintes critérios de sustentabilidade:

- Respeitar o Código de Conduta, Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Plano Estratégico de Sustentabilidade 2030 dos TUB, disponíveis para consulta em <https://tub.pt/informacaoinstitucional/> e [https://pes2030.tub.pt/pt/](https://pes2030.tub.pt/pt;);
- O adjudicatário deverá assegurar, na sua organização, o respeito pelo princípio da igualdade e da não discriminação, garantindo que todas as pessoas são tratadas com igualdade e a mesma dignidade social.

**CLÁUSULA 89.ª - PRODUÇÃO DE EFEITOS**

O Contrato produz todos os seus efeitos a partir da data da sua outorga, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na redação dada pela Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro.

**CLÁUSULA 90.ª - REPRESENTAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**

1. Durante a execução do Contrato, o Adjudicatário é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O Adjudicatário obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a qualificação mínima indicada no Anexo III ao presente Caderno de Encargos.
3. Após a outorga do Contrato e antes da consignação, o Adjudicatário confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, que deverá ser o indicado no documento apresentado com a proposta adjudicada; após a outorga do Contrato, o Adjudicatário pode substituir o diretor de obra, após autorização prévia expressa da Entidade Adjudicante, indicando a sua identidade e a sua qualificação técnica de acordo com o disposto no Anexo III do presente Caderno de Encargos.
4. A informação a que se refere o número anterior deve ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
5. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
6. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
7. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
8. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o Adjudicatário é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o Diretor de Fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
9. O Adjudicatário deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.
10. O Adjudicatário deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em

matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

#### **CLÁUSULA 91.ª - REPRESENTAÇÃO DO DONO DA OBRA**

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um Diretor de Fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O dono da obra notifica o Adjudicatário da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. O Diretor de Fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo Adjudicatário nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato

#### **CLÁUSULA 92.ª - GESTOR DO CONTRATO**

1. Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, a Entidade Adjudicante nomeia o gestor do Contrato que o representa nos termos previstos no presente Caderno de Encargos e no seu despacho de nomeação.
2. A identificação do gestor do Contrato constará do Contrato e é notificada nos termos do disposto no artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O gestor do Contrato tem, entre outras indicadas no seu despacho de nomeação e no presente Caderno de Encargos, as seguintes competências:
  - a) Verificar o cumprimento das obrigações principais, acessórias e complementares do Adjudicatário;
  - b) Assegurar a ligação quotidiana entre o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante;
  - c) Elaborar relatórios, a remeter à Entidade Adjudicante, com a periodicidade por este indicada, sobre o desempenho do Adjudicatário; e
  - d) Acompanhar a realização de inspeções e auditorias.
4. O Adjudicatário obriga-se a cooperar de boa-fé com o gestor do Contrato na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo, não podendo invocar o sigilo comercial como causa de rejeição de colaboração.

5. Caso gestor do Contrato detecte desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, pode determinar ao Adjudicatário, nos termos da lei, que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

#### **CLÁUSULA 93.<sup>a</sup> - CONTAGEM DE PRAZOS**

À contagem dos prazos na fase de execução do Contrato são aplicáveis as regras estabelecidas no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 94.<sup>a</sup> - INVALIDADE PARCIAL DO CONTRATO**

1. Se alguma das disposições do Contrato vier a ser considerada inválida, tal não afeta automaticamente a validade e eficácia do restante clausulado do mesmo, o qual se mantém plenamente em vigor, salvo qualquer das Partes consiga provar que sem esta(s) cláusula(s) não celebraria o Contrato ou celebraria nos termos diferentes.
2. No caso de se verificar uma situação de invalidade parcial nos termos do número anterior, as Partes comprometem-se a, de boa fé e pela via amigável, reduzir, converter ou integrar o Contrato, nomeadamente através de eliminar a(s) cláusula(s) inválida(s) ou substituí-las por outra(s), caso necessário, por forma a salvaguardar a plena validade e eficácia do Contrato.

### **ANEXO I**

#### **Memória Descritiva**

(cfr. documento “TUB-BRT-VERM-GE-MD-GRD-01-01.pdf”)

### **ANEXO II**

#### **Condições Técnicas de Elaboração do Projeto de Execução**

(cfr. documento “TUB-BRT-VERM-GE-ET-CTP.pdf”)

### **ANEXO III**

#### **Condições Técnicas de Execução da Obra**

(cfr. documento “TUB-BRT-VERM-GE-ET-CEO-01-00.pdf”)

### **ANEXO IV**

## Regras para a Elaboração do Plano de Trabalhos

1. É obrigatória a apresentação pelos concorrentes do programa de execução do Projeto e dos trabalhos de construção, devidamente detalhado, da Linha Vermelha do sistema BRT de Braga.
2. O Programa de Trabalhos será constituído, pelo menos, pelos seguintes elementos e explicitará, inequivocamente, o prazo de execução do Projeto de Execução e da Obra, correspondente à proposta apresentada, em dias de calendário, nos termos do artigo 471.º do CCP e a contar da data da outorga do contrato:

- a) Nota justificativa do programa de trabalhos, identificando e justificando as fases de projeto e da obra nos seguintes aspetos:
  - As relações de sequencialidade assumidas entre as atividades da proposta;
  - As frentes previstas e os respetivos meios afetos;
  - As datas chave e prazos parcelares (se aplicáveis).
- b) Plano de Trabalhos detalhado

O plano de trabalhos, que incluirá um esquema em diagrama do faseamento do projeto e da obra, detalhado, tendo como escala de tempo o mês e sob forma de diagrama de barras (Gráfico de GANTT), deverá ser obrigatoriamente elaborado e apresentado em suporte informático, em ficheiro da aplicação MS Project.

Este plano deverá conter visíveis:

- A duração, em dias, de cada atividade de produção;
  - As quantidades de trabalho que estão associadas a cada atividade;
  - As precedências e ligações de cada atividade;
  - O caminho critico coerente;
  - Identificação de marcos ou prazos parcelares das frentes de trabalho;
  - Lista de rendimentos diários considerados para cada atividade, no que respeita à mão de obra e equipamentos.
- c) Plano de equipamento, com indicação das zonas e frentes de trabalho, número e tipo de equipamento e duração do seu emprego, tudo correlacionado com o planeamento de trabalhos;
  - d) Plano de Mão-de-obra, elaborado em harmonia com o plano de trabalhos, com indicação das categorias profissionais, número de pessoas por atividade e por serviço e valores acumulados;

- e) Plano de pagamentos elaborado em harmonia com o plano de trabalhos, tal como definido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, representando os valores mensais e acumulados (cronograma financeiro) dos trabalhos previstos no referido plano. Deverá ser detalhado de acordo com as atividades constantes do plano de trabalhos;
3. Deverão ainda ser entregues, em perfeita correlação com o plano de trabalhos, o plano de Mão-de-obra e o plano de Equipamentos, os seguintes documentos:
- a) Relação discriminada do número de homens x dia de cada profissão e sua distribuição mensal e acumulada;
  - b) Relação de máquinas e equipamentos que o concorrente prevê viram a ser utilizados, discriminado o número de horas x máquina de trabalho efetivo por tipo de equipamento e sua distribuição mensal e acumulada.
4. Memória descritiva e justificativa que deverá desenvolver os seguintes aspetos de forma sucinta e clara:
- Descrição da organização prevista para a execução dos trabalhos, incluindo os serviços e estruturas de suporte e apoio à equipa de obra;
  - Organigrama da empreitada, nominativo e com discriminação dos técnicos afetos e respetivas afetações e descritivo de funções;
  - Descrição dos métodos de trabalho e técnicas construtivas a aplicar nas principais atividades para execução deste empreendimento;
  - Aspetos técnicos ou outros que sejam considerados essenciais à execução da empreitada.

## ANEXO V

### Mapa de Quantidades

(cfr. documento "P683\_EP\_MQT\_EST\_MED-LV.xlsx")

## ANEXO VI

### Decisão de Financiamento

(cfr. documento "C21-i14-Contrato assinado.pdf")

### ANEXO VII

#### Link de acesso às restantes peças do Estudo Prévio

(cfr. o seguinte link: [https://tub365-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/webmaster\\_tub\\_pt/EiCHiZ7dzhFKhBiugzS7ifIBRZX1NEGTVRrlppqV-SKBvg?e=MgouyX](https://tub365-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/webmaster_tub_pt/EiCHiZ7dzhFKhBiugzS7ifIBRZX1NEGTVRrlppqV-SKBvg?e=MgouyX) )